



# Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

# Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora  
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.  
I.Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO	
Judite de Azevedo do Carmo	
Willian Borges Vieira	
Beatriz de Azevedo do Carmo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Vital António Vilelas Faria	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO	
Vinícius Silva de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA	
Loslene Neves Costa;	
Letícia Soares da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	
Ramon Alves Malta	
Rafael Guimarães Farias	
André Santos de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	
Ana Nábila Lima Campos	
José Elias Pinheiro Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>60</b>
A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA	
Suelen Terre de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>68</b>
EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA	
Daniel Almeida Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>85</b>
CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM	
Edelson Gonçalves Marques	
Luciano Soares Gonçalves	
Valdenice dos Santos Rodrigues	
Charlene Maria da Silva Muniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4591919029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>94</b>
MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS	
José Francisco Belfort Brito	
Romeu Costa Araújo	
Fernando Carvalho Silva	
Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>113</b>
UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Paulo Daniel Curti de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>124</b>
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	
Geovana Prante Gasparotto	
Jennifer Sitária Petzold Mendes	
Josiane Cristina Leal Pontes	
Neudy Alexandro Demichei	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>133</b>
EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE	
Marina Loureiro Medeiros	
Guilherme José Ferreira de Araújo	
Edvânia Torres Aguiar Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>151</b>
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI	
<a href="#">Andreza de Oliveira Lima</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
<a href="#">Matheus Andrade Marques</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>169</b>
A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO	
<a href="#">Jhonatan dos Santos Dantas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000	
<a href="#">Iapony Rodrigues Galvão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45919190218</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>186</b>

## ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI

**Andreza de Oliveira Lima**

Universidade Estadual do Piauí

Teresina – Piauí

**RESUMO:** A agricultura familiar é uma forma de produção no campo que possibilita maiores relações com a terra, integra homem e meio e é responsável pela produção da maior parte do que é consumido pelo brasileiro, por integrar produção e consumo. Segundo o censo agropecuário (2006), este setor é responsável por gerar cerca de 80% dos empregos no campo brasileiro, embora apenas 20% das terras serem pertencentes às famílias que se dedicam a tal tipo de produção, o que revela contradições na estrutura fundiária brasileira. A agricultura familiar é uma atividade dependente da natureza, e a qualidade de vida está atrelada à forma como o trabalho é realizado e como se relaciona com a natureza. O artigo se norteia a partir da análise do papel da agricultura familiar, das práticas produtivas e da relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável, observando as famílias do Assentamento São Francisco, em José de Freitas (PI), esta relacionada à produção sustentável e à introdução de novos conhecimentos no campo a fim de resultar em melhorias na condição da vida dos agricultores e na qualidade dos alimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, práticas produtivas.

**ABSTRACT:** Family farming is countryside way of production that improves the relationship between the man and the land. It also integrates man and environment and is responsible for the production of most of what is consumed by the Brazilian, for integrating production and consumption. According to the agricultural census (2006), this sector is responsible for generating about 80% of jobs in the Brazilian countryside, although only 20% of the land is owned by families engaged in this type of production, which reveals contradictions in the land structure. Brazilian Family farming is a nature-dependent activity, and quality of life is tied to how work is done and how it relates to nature. The article is based on the analysis of the role of family agriculture, productive practices and the relationship between family farming and sustainable development, observing the families of the São Francisco settlement in José de Freitas (PI), this is related to sustainable production and the introduction of new knowledge in the field in order to result in improvements in the condition of farmers' lives and in the quality of food.

**KEYWORDS:** family farming, sustainable development, productive practices.



## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável são temas de suma importância à política econômica de um país, em especial do Brasil, e deles emanam questionamentos sobre o papel dessas práticas no cenário atual. A agricultura familiar é uma forma de produção a qual, desde a sua difusão, vem passando por transformações que refletem tanto no ambiente rural como no urbano.

Dentre os reflexos suscitados, é de destaque que a agricultura familiar pode contribuir para a redução do êxodo rural, pois possibilita a permanência do homem no campo, local que conseqüentemente torna-se mais atrativo para os jovens, resultando numa forte contribuinte para o crescimento populacional rural. Outro fato destacado é que a produção de alimentos em pequena escala e isentos de aplicação de agrotóxicos em larga escala proporciona melhor qualidade de vida, traduzida em alimentos saudáveis para a população da região.

Na produção do homem do campo, é bastante comum a inclusão de familiares no trabalho coletivo, fator preponderante no gerenciamento dos horários de trabalho e das formas de plantio e de cultivo.

A produção no campo também pode viabilizar renda para as famílias carentes, divulgar as práticas de determinada região. Além disso, tal prática possui grande capacidade de gerar emprego e economia para o país de forma sustentável, pois o manejo adequado viabiliza a utilização de energias renováveis, colabora para o ciclo natural do solo ao promover menor remoção de nutrientes e contribui para a preservação da biodiversidade.

Este trabalho contém a análise das práticas desenvolvidas no assentamento São Francisco do município de José de Freitas (Piauí), visando à compreensão das melhorias na condição de vida dos agricultores da localidade.

## 1 | QUESTÕES AGRÁRIAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS

A questão agrária pode ser analisada por diferentes vertentes. Aqui, entretanto, é feita uma análise levando em consideração o acesso e a distribuição de terras, as dinâmicas das populações no meio rural e os impactos no meio ambiente.

Segundo Ariovaldo Umbelino (2007), a luta pelo acesso à terra tem se intensificado cada vez mais: o homem que não tem o acesso procura meios para seu sustento inserindo-se em movimentos sociais e isso tem reflexo nos milhares de assentamentos rurais espalhados por todo o Brasil.

A realidade é que o campo brasileiro é dominado por grandes produtores, marcado pelos avanços tecnológicos, propagando a expansão do agronegócio e exportações agrícolas. De maneira bastante contraditória, estes avanços muitas vezes privilegiam somente uma pequena parcela dos produtores rurais, os latifundiários, e chegam a

retardar, ou até mesmo fazer cessar, o crescimento do pequeno produtor.

Segundo Guilhoto (2006, p. 02)

a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país.

A agricultura familiar é fonte de riquezas e possibilita crescimento econômico para o país. Com as práticas sustentáveis no processo de produção, os impactos ambientais podem ser potencialmente reduzidos.

Além de viabilizar crescimento econômico a agricultura familiar proporciona mão-de-obra significativa para o país gerando em torno de 80% da força de trabalho brasileira, possibilitando também a diminuição do êxodo rural já que apresenta a permanência do agricultor no campo. (STELLA, 2015).

É possível perceber que a agricultura familiar emprega mais que a agricultura não familiar, apesar da pequena parcela territorial que ela ocupa, conforme aponta o censo agropecuário (2006). (Gráfico 1)

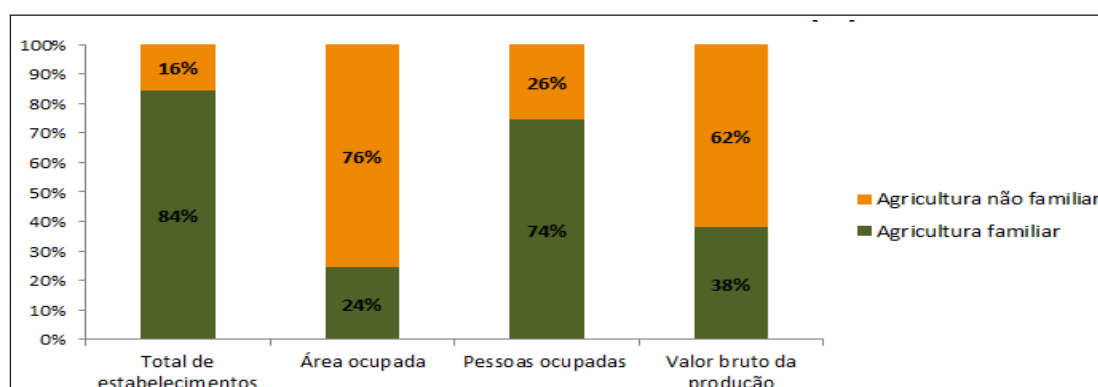


Gráfico 1- Estabelecimentos Rurais no Brasil (%)

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Ocupando pouco mais de 20% de área do país a agricultura familiar possui produção que gera cerca de mais de 54 bilhões de reais para o país. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Apesar de todo o potencial associado à prática em destaque, o agricultor se depara com diferentes fatores que prejudicam e/ou tornam inviável a produção no campo, como, por exemplo, o acesso à terra e às condições necessárias para o cultivo e escoamento da produção. Esse cenário constitui a força motriz para reforma agrária, a qual surgiu objetivando garantir o acesso à terra.

Com a reforma, vários projetos foram criados com o intuito de minimizar ou até apaziguar a situação do acesso à terra, mas ainda há muita terra concentrada nas mãos de poucos, inviabilizando a produção e o acesso do pequeno agricultor.

Dentre os motivos que levam a afirmar que a reforma agrária não acontece de forma efetiva, está a posse através de documentos legais das terras. O assentado

possui, na realidade, uma regularização de ocupação, o que é bastante comum nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde as práticas de agricultura são mais intensas. Dessa forma, ainda existem famílias que não possuem a posse do terreno nem a disposição da terra para a agricultura.

O I censo da reforma agrária realizado no ano de 1996 destaca um dos mediadores o Instituto Nacional de Colonização Agrária, INCRA. Este se responsabiliza por fiscalizar, implantar técnicas de cultivo, dentre outros.

De acordo com Bergamasco (1997, p.39):

O censo apurou um total de 161.556 famílias beneficiárias em 1.460 projetos de assentamentos distribuídos por 26 estados da Federação. Os Estados do Maranhão e do Pará são os que apresentaram maior contingente de famílias assentadas.

Apesar da abertura para uma reorganização social das novas ocupações territoriais quanto à produção e ao consumo, ainda faltam condições de infraestrutura voltadas para saúde e educação no campo.

No Piauí como também em várias das demais regiões brasileiras, o processo de ocupação iniciado as margens do rio Piauí, Canindé, Paranaim e Gurgueia, resultando na descoberta dos sertões e viabilizando a entrada de estratégias para a sobrevivência do homem.

As questões agrárias no Piauí, resultado do modelo sesmarial que configurou toda a estrutura fundiária brasileira no período colonial, surgiu a partir de meados do século XVII. Conforme Alves (2003, p. 58), “a ocupação de terras do Piauí, as quais correspondiam a uma parte da área do “Sertão de Dentro” (Abreu, 1969), ocorreu na segunda metade do século XVII e se iniciou pela costa leste e sul [...]”.

O processo de ocupação foi iniciado tardiamente, porém houve progresso relevante ao decorrer do tempo. A ocupação ocorreu através da pecuária bovina, utilizando o boi para tração, consumo e venda da carne e do couro.

O crescimento de fazendas no Piauí, cuja principal atividade era a pecuária, resultou na expansão de mais fazendas, mais expansão de lotes e mais desbravadores. Assim, “à medida que crescia o número de fazendas de gado no Piauí, expandiam-se também os mercados para onde se destinavam os seus rebanhos”. (ALVES, 2003. p. 68)

Além do desbravamento das terras, o crescimento das fazendas proporcionou expansão da pecuária por possuir terras em abundância, cursos d’água, e facilidade de instalação de novas fazendas.

Até hoje, segundo Alves (2003), a pecuária é uma atividade econômica que se configura no Piauí com uma dinâmica na qual o patrão geralmente não reside na fazenda, a qual tem por responsável o vaqueiro, que toma partido das demais funções e dos trabalhadores.

Contudo, o que o trabalhador busca é o gozo de viver e colocar em prática a sua forma de trabalho, valorizando sua cultura e recebendo do meio a satisfação e o prazer em manter viva essa relação.

## 2 | DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COM AUTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Embora não exista um conceito fechado para desenvolvimento sustentável, é consenso de que o seu objetivo primordial consiste em desenvolver o crescimento econômico preservando o meio ambiente e garantindo assim o desenvolvimento social para as gerações futuras.

Os problemas e debates sobre a terra e as práticas desenvolvidas nela têm sido bastante discutidos. A questão ambiental é um tema complexo por relacionar aspectos políticos, sociais e culturais.

As políticas públicas adotadas pelo Estado visam atingir objetivos que proporcionem melhorias para o desenvolver sustentável, porém, de acordo com Neli Aparecida (2010), na contemporaneidade brasileira o Estado perdeu seu papel e tem abdicado de suas funções, isso devido ao fato de viver em uma crise na elaboração de novas políticas públicas para ganhar uma nova face. A estrutura do Estado brasileiro promoveu a abdicação de seu papel de defensor de todos os segmentos sociais, concentrando-se no atendimento aos grupos mais organizados e de maior poder.

Essa crise impôs a necessidade de redefinir as funções do Estado, provê-lo de mais governabilidade e governança, tornando-o mais eficiente em atender as demandas do cidadão e mais capaz de “complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa”. Seu novo papel, assim, é o de “garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento econômico com um mínimo de eqüidade. (MELLO, 2010, p. 69)

Nesse novo contexto das funções do Estado, a sustentabilidade também ganhou nova roupagem, com destaque para a Agenda 21 introduzindo novos discursos sobre desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente. Assim, será analisado se as novas funções estão sendo desenvolvidas na prática.

Apesar da maioria dos pequenos agricultores não possuírem terra para o plantio, a falta de oportunidades para muitos não os desanimam. Segundo Silva (2001, p. 88), “o direito à propriedade passa a existir com a mediação do trabalho, bem ao contrário do que defende o capital de base latifundialista, que busca assegurá-lo independentemente da sua realidade produtiva”.

Em contraste com o cenário de degradação de algumas zonas rurais, há diversos produtores que cuidam do meio natural, zelando pela sustentabilidade. Todo trabalhador necessita de terra para produzir, e a reforma agrária surgiu com o objetivo de distribuição desta. Porém, não pode se afirmar que existe esta distribuição de modo igualitário e que atinge a todos.

A relação entre agricultura familiar e desenvolvimento sustentável vai muito além do que confrontos de conceitos e debates de organizações. Esta se propaga no desenvolvimento da qualidade de vida tendo a terra seu aliado, e símbolos do movimento seu representante.

A realidade é que ainda falta muito para construir um campo sustentável, porém

não é impossível atingir tal objetivo. As práticas produtivas realizadas por assentados do Piauí serão analisadas neste trabalho, tendo como foco o Assentamento São Francisco localizado no município de José de Freitas, analisando se a sustentabilidade está sendo efetivada no campo.

### 3 | ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO, PRÁTICAS PRODUTIVAS E A RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE

Segundo o IBGE, as primeiras ocupações territoriais do município foram realizadas pelos portugueses com o comando de Manoel Carvalho de Almeida. Neste mesmo período foi construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Livramento e, logo em seguida às povoações no entorno da fazenda, surge à fazenda Boa Esperança com criação de gado, a qual recebeu o nome de Vila do Livramento no dia 23 de março de 1877 através da Lei Provincial nº 945, nascendo, assim, o município de José de Freitas.

O Assentamento São Francisco localizado no município de José de Freitas surgiu através de ocupações de famílias que não possuíam acesso a terra. Diferentes famílias à procura de terra visualizaram, no entorno da antiga fazenda, lotes desocupados e improdutivos suficientes para abrigá-los, porém o fazendeiro da época não permitiu tal ocupação. Após a descoberta em que o fazendeiro não possuía os documentos que comprovassem a regularidade de sua posse, as famílias uniram forças junto aos representantes do sindicato do município e, depois de dias de confronto, o INCRA comprou as terras e fez a vistoria por intermédio do Governo, abrigando mais de 20 famílias. Dias depois a posse foi regularizada no dia 7 de setembro do ano de 1997.

O assentamento atualmente ocupado por cerca de 55 famílias, sendo estas dispostas em dois núcleos. As famílias que participam da produção nos campos irrigados, construídos pelo INCRA, possuem meio hectare cada. O gráfico a seguir apresenta quais produtos são cultivados no assentamento.

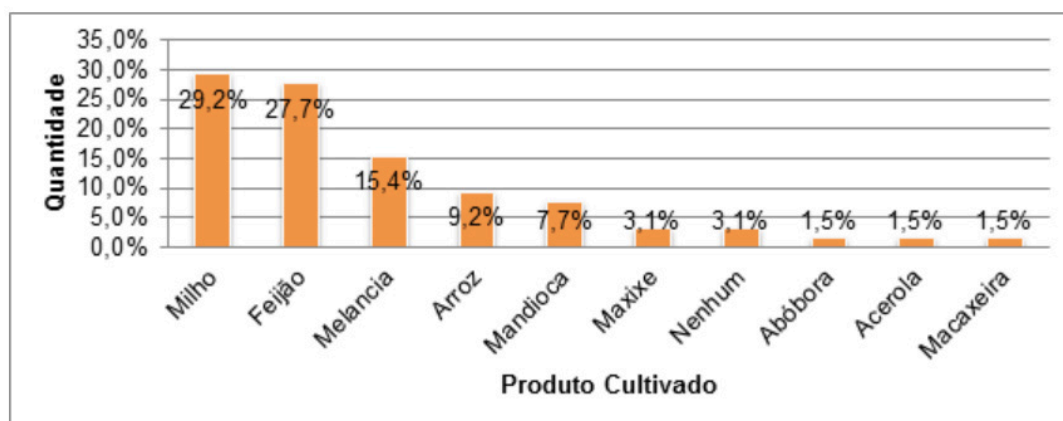


Gráfico 2 - Produtos cultivados

Fonte: LIMA, 2015.

O milho é o carro-chefe do cultivo, com 29,2%, e em sequência vem o feijão 27,7% e a melancia 15,4%. É importante frisar que alguns agricultores cultivam mais de um produto. Esses produtos são predominantes em todo o município por fazer parte da alimentação diária. O ciclo de produção acontece junto ao período chuvoso, objetivando menos custo com a irrigação.

As famílias não produzem coletivamente nos campos: cada um recria seu território dentro do mesmo espaço. Já que a maioria das famílias não trabalha coletivamente, na produção individual o tempo de preparo do solo se torna maior. O que é plantado às vezes é insuficiente para vender e os riscos com perda são maiores. O trabalho coletivo é muito importante, pois, além de proporcionar relações interpessoais, viabiliza suporte na produção.

A renda proveniente da venda dos produtos cultivados no campo não é suficiente para suprir as necessidades das famílias, fazendo com que busquem outros meios para seu sustento. O gráfico aponta quais atividades extras as famílias assentadas realizam.

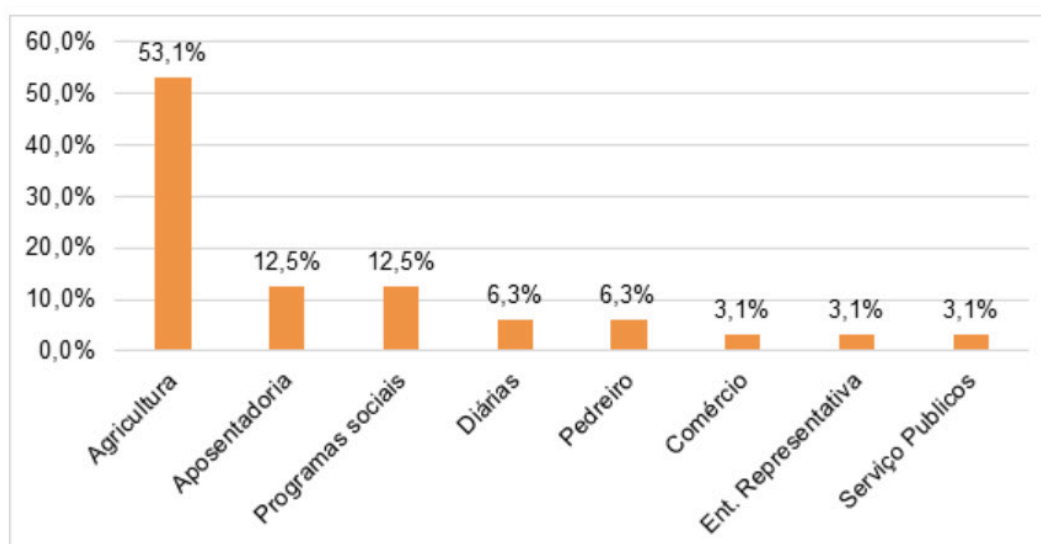


Gráfico 3 - Fonte de renda das famílias assentadas

Fonte: LIMA, 2015.

A renda das famílias provém de diferentes setores, sendo que a agricultura com 53,1% é a maior atividade produtiva, porém, insuficiente por não viabilizar produtos cujo destino seja para consumo e venda na mesma safra. Assim, as famílias procuram complementar sua renda com a prestação de serviços de pedreiro (6,3%), como comerciante (3,1%) etc.

As atividades econômicas realizadas no assentamento são de lavoura temporária, pecuária, artesanato e outros, com o objetivo do sustento da família. Algumas famílias que não obtêm boa produção na agricultura buscam novas saídas, como é o caso de agricultores que fazem diárias (6,3%) em fazendas e outros assentamentos.

Uma das saídas para as famílias seria a construção de tanques para a

comercialização de peixes, cuja renda ajudaria na compra de insumos para a agricultura. Outra forma seria a horta comunitária para as mulheres a fim de ajudar com o sustento da família e promover uma alimentação saudável aos familiares.

Isso reflete em diferentes fatores como acesso ao crédito rural, que possibilitaria maiores vantagens ao agricultor no campo, incentivos fiscais, acompanhamento técnico (cujo objetivo seria ajudar no manejo da produção), e outros. Esses fatores poderiam ajudarno aumento da produção e no provimento de estabilidade à renda das famílias.

A agricultura familiar possui a capacidade de gerar renda para as famílias e dinamizar a economia local fornecendo produtos com preços menores nas feiras e no próprio assentamento. Um exemplo é a feira da agricultura familiar e economia solidária realizada no município anualmente.

A Feira Municipal da Agricultura Familiar e Economia Solidária realizada no município de José de Freitas bem como demais municípios da região é um exemplo da estratégia de reprodução social das comunidades rurais. A primeira edição deste evento foi em 2007 por intermédio do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) com a intenção de divulgar os produtos e os produtores da região para o município e demais municípios da região.

Além disso, a agricultura familiar pode garantir produtos para setores públicos como presídios, escolas, e outros programas sociais. O exemplo pode ser visto com a venda de biscoitos feitos pela associação de mulheres do assentamento para a CONAB cujo órgão distribui nas escolas do município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento feito em campo, pode-se concluir que o assentamento possui regularização, demanda de produtos no mercado, demanda de atividades no campo e insere o agricultor em práticas produtivas. Porém, não são todos os beneficiados com os campos irrigados criados pelo INCRA. Além disso, as atividades da agricultura não suficientes para suprir as necessidades do agricultor, conforme apontado nos gráficos.

Outro ponto em destaque refere-se às dificuldades que os assentados têm ao obter assessoria técnicas, evidenciada pelo uso inadequado de fertilizantes, manejo inadequado da produção, resultando em perdas da produção.

Há também a se regularizar a atenção por parte do governo com as famílias assentadas, o acompanhamento técnico, já mencionado, a aceitação de projetos por parte dos bancos, melhorias na irrigação existente, construção de criatórios de peixes, hortas comunitárias, feiras mensais, e outros.

Há atividades culturais realizadas pelo assentamento sobre a questão do desenvolvimento sustentável, porém, é necessário ampliar tal debate, pois o uso de agrotóxicos ainda é intenso nas práticas produtivas.

É possível perceber que a falta de incentivos gera permanência em atividades que não proporcionam bons retornos, deixando-os fixos naquilo que já estão adaptados a fazer.

Muitas famílias se encontram fragilizadas por não visualizarem na agricultura a possibilidade de usufruir de um tipo de produção. Projetos já realizados não foram mantidos pelos agricultores por falta de verba e pela falta de coletividade. Entretanto ainda há saídas cabíveis para os agricultores. O exemplo, projetos de produção de acerolas (em processo de implantação), reservatórios de peixes feitos manualmente com materiais reutilizados e técnica da compostagem aplicada à construção de hortas comunitárias.

As práticas produtivas desenvolvidas pelo assentamento São Francisco ainda são insuficientes para manter a qualidade de vida dos assentados, ainda falta muito, acima de tudo incentivos que proporcionem melhor desenvolvimento e benefício em função de todos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, v. 18, n. 36, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, n. 31, 1997.

GUILHOTO, Joaquim et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **O desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono**. Disponível em: <<http://assentamentosustentavel.org.br/o-projeto/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

MELLO, Neli Aparecido de. E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, jan./jun. 2008.

DA SILVA, Maria Aparecida Daniel. Assentamento e Sustentabilidade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 1, jan/jul. 2001, p. 85-103.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**ANNA PAULA LOMBARDI** Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-145-9

